

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE COMANDO COMO FERRAMENTA DE INTEROPERABILIDADE NAS OPERAÇÕES CONJUNTAS

GETÚLIO DE ALVARENGA CIDADE*
Capitão de Fragata

SUMÁRIO

Introdução
Interoperabilidade
O Processo de Planejamento de Comando
Conclusão

INTRODUÇÃO

Planejar e realizar operações conjuntas sempre foi um desafio para os comandantes militares desde tempos imemoriais. Os problemas inerentes à coordenação conjunta de diferentes forças militares existem desde que os Exércitos tornaram-se distintos das Marinhas. Assim como ocorreu com os comandos militares da Grécia Antiga, ocorre com os comandos militares con-

juntos hodiernos de todas as Forças Armadas, quer seja nas regiões montanhosas do Afeganistão, quer seja em uma Operação de Paz sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU).

Ao longo da História, as Forças Armadas que lograram êxito em coordenar suas ações em terra, no ar e no mar venceram suas batalhas, enquanto as que não conseguiram isso malograram no cumprimento de suas missões. Um bom exemplo foi o

* Instrutor de Planejamento Militar da Escola de Guerra Naval até julho de 2011. Atualmente, é comandante da Corveta *Jaceguai*.

fiasco na Campanha de Galípoli, no Estreito de Dardanelos, durante a Primeira Guerra Mundial, quando o esforço naval conduzido pela Grã-Bretanha e a França, sem nenhuma coordenação com o emprego das tropas aliadas em terra, acarretou aos aliados uma derrota para o Império Otomano.

Uma operação conjunta requer interoperabilidade, que é a capacidade de diferentes forças armadas operarem juntas e coordenadas, com um único propósito. A palavra-chave para se alcançar um bom grau de interoperabilidade é colaboração. Quanto maior a colaboração

entre as forças envolvidas, maior a interoperabilidade e maior a probabilidade de sucesso em uma operação conjunta. O planejamento, bem como todo o processo decisório, é inerente à interoperabilidade. Assim, o Processo de Planejamento de Comando (PPC), método elaborado pelo Ministério da Defesa (MD), é imprescindível para que se obtenha interoperabilidade, embora outras variáveis entrem nessa complexa equação.

INTEROPERABILIDADE

De forma bem simples, podemos definir interoperabilidade como a capacidade de diferentes organizações trabalharem juntas. Ela pode ocorrer no âmbito das Forças Armadas ou entre estas e outros órgãos do governo brasileiro, ou mesmo de outros países. Torna-se necessário que ocorra em todos os níveis, permitindo comunicações

eficientes, compartilhamento de informações e colaboração, sempre com vistas a um fim comum.

É preciso, antes de tudo, que haja também uma interoperabilidade semântica entre as organizações. Falar a mesma língua visando a uma mútua compreensão é crucial para operar conjuntamente.

Embora essencial, a tecnologia não é determinante para que haja interoperabilidade. É mister que as forças se adaptem de forma adequada, tenham atitudes favoráveis, utilizem os mesmos padrões, trabalhem e planejem com

um processo comum a todos os participantes. E é neste ponto que surge o PPC.

O PROCESSO DE PLANEJAMENTO DE COMANDO

O PPC começou a ser elaborado por ocasião da criação do MD, em 1999. Quase todo o processo é derivado do Manual de Plane-

jamento Operativo da Marinha¹, ou PPM, como é mais conhecido em nossa força. Os diversos métodos de planejamento usados pelas Forças Armadas do Ocidente guardam correlação com as metodologias consagradas pelas forças dos Estados Unidos da América na Segunda Guerra Mundial. Esta metodologia foi desenvolvida por matemáticos e pesquisadores da Teoria de Jogos nos centros de pesquisa operacional norte-americanos.

Como fruto de diversos planejamentos e operações conjuntas ao longo dos últimos anos, o PPC tem sido aprimorado e

Interoperabilidade é a capacidade de diferentes forças armadas operarem juntas e coordenadas, com um único propósito. A palavra-chave para se alcançar um bom grau de interoperabilidade é colaboração

¹ EMA 331, Vol. I, II e III.

refinado a partir de ensinamentos adquiridos e do compartilhamento de experiências de inúmeros oficiais das três Forças que têm passado pelo MD ou participado de seus planejamentos.

Um dos maiores óbices encontrados ao longo de sua implementação foi a falta de uma mesma linguagem entre as Forças, algo que vem sendo amenizado à medida que se intensificam as operações conjuntas. Outro desafio tem sido o de nivelar os conhecimentos profissionais dos militares de diferentes formações e experiências a fim de formar uma massa crítica de militares que possa compor não somente o Estado-Maior Conjunto do MD, mas atender às necessidades futuras de preparo e emprego das Forças Armadas, quebrando com as barreiras das subculturas inerentes a cada Força e formatando uma outra subcultura, peculiar ao ambiente operacional conjunto.

Tal subcultura, ainda em processo de formação, permitirá maior sinergia entre nossas Forças Armadas e otimizará seu emprego no amplo espectro das operações militares do século XXI, que vai desde o uso convencional da força, passando pelo combate às ameaças transnacionais, como terrorismo e tráfico de drogas, até as operações de manutenção da paz, uma demanda crescente no sistema internacional.

Assim como o PPM, o PPC é uma metodologia para se resolver problemas militares tanto para o nível operacional quanto para o tático, podendo conter diversos graus de complexidade. A necessidade de se sincronizar no tempo e no espaço as di-

versas operações e ações militares das Forças Armadas envolvidas em uma operação conjunta acentua mais ainda tal complexidade, inerente a qualquer processo de planejamento militar das Forças singulares.

No nível operacional, o Estado-Maior Conjunto (EMC) deve fazer uso da metodologia do PPC desde o início do planejamento até o término da campanha, buscando a maior flexibilidade possível, o que facilitará sobremaneira as alterações e implementação dos planos que inevitavelmente virão durante o desenrolar das operações. Ressalta-se que a metodologia do PPC, tal como no PPM, é apenas uma ferramenta de planejamento cujo objetivo é cumprir uma missão de forma eficiente, alcançando, assim, o Estado Final Desejado².

Não fornece ideias novas a quem não as tem, servindo apenas para organizar e orientar as ideias daqueles que as possuem. Portanto, um espírito criativo e inovador unido a tal metodologia será de grande valia para o planejador.

Embora desenvolvido para a solução de um problema militar clássico, envolvendo forças militares antagônicas, por seu nível de amplitude, o PPC pode facilmente ser adaptado para planejamentos de outros problemas que não sejam os de emprego militar em um conflito armado convencional, tais como ações de caráter humanitário em apoio a órgãos da Defesa Civil, Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e Missões de Paz, entre outros.

No caso de emprego em uma operação conjunta, no nível operacional, o Coman-

Não fornece ideias novas a quem não as tem, servindo apenas para organizar e orientar as ideias daqueles que as possuem

2 Entende-se por Estado Final Desejado o conjunto de condições requeridas que definem o alcance dos objetivos do Comando.

do Conjunto detém o comando operacional das forças e meios que lhe forem adjudicados. Ele os empregará da forma que melhor lhe convier, atribuindo-lhes tarefas, estabelecendo diretrizes para o planejamento do EMC, no nível operacional, e das forças subordinadas no nível tático, coordenando a execução das diversas operações no tempo e no espaço, sempre com vistas a se alcançar o Estado Final Desejado.

Além da interoperabilidade, responsável pela respiração e saúde de um EMC, o PPC considera outros fundamentos como vitais para um planejamento conjunto. São eles: universalidade, unidade, objetividade, economia de meios, segurança, disciplina, flexibilidade, versatilidade, simplicidade e coordenação.

O PPC é composto de três etapas, a saber, o Exame de Situação, Elaboração de Planos e Ordens e Controle da Operação Planejada.

A primeira etapa, o Exame de Situação, é talvez a mais trabalhosa por contemplar um estudo minucioso do problema militar, quando são elaborados levantamentos e cálculos como as Características da Área de Operações e a Comparação de Poderes Combatentes, por exemplo, que nortearão todo o planejamento subsequente. Consta de seis fases: Fase 1 – Análise da Missão e Considerações Preliminares; Fase 2 – A Situação e sua Compreensão; Fase 3 – Possibilidades do Inimigo, Linhas de Ação e Confronto; Fase 4 – Comparação das Linhas de Ação; Fase 5 – Decisão; e Fase 6 –

Conceito Preliminar da Operação. Esta última fase foi incluída recentemente na última revisão do PPC, que, em breve, deverá ser aprovada pelo MD.

Na segunda etapa, Elaboração dos Planos e Ordens, é desenvolvido o Conceito da Operação, bem como a forma como se controlará o curso das ações e operações planejadas.

E, na terceira e última etapa, o Controle da Operação Planejada, que ganha maior ênfase durante o desenrolar das ações e operações, o EMC realiza o Exame Corrente da Situação, verificando o andamento e o resultado das operações com o que foi planejado, introduzindo as alterações pertinentes nos planos e tomando as ações decorrentes necessárias.

CONCLUSÃO

O PPC é uma ferramenta que orienta, auxilia, catalisa e robustece o processo decisório de um EMC. Seu uso é adequado para um amplo espectro de emprego conjunto das Forças Armadas, e sua força motriz está contida na interoperabilidade entre elas.

À medida que o MD amadurece e com o recrudescimento das operações conjuntas no âmbito militar, o PPC cresce de importância gradativamente. **O conhecimento, o domínio e a utilização de tal ferramenta serão imperativos para os planejadores das Forças Armadas brasileiras na resolução dos complexos problemas militares que serão enfrentados ao longo do século XXI.**

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES>; Planejamento militar; Doutrina; Estudo de Estado-Maior; Teoria;

REFERÊNCIAS

- ANTILL, P. *The Gallipoli Campaign 1915-1916*. Disponível em: www.historyofwar.org/articles/battles_gallipoli.html. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. *Manual de Planejamento Operativo da Marinha*. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Defesa. *Manual de Processo de Planejamento de Comando para as Operações Combinadas*. Brasília, DF, 2001.
- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Joint Chiefs of Staff. *Joint Publication 5-0, Joint Operation Planning*. Washington D.C. 2006.